

Legislação

A necessária reforma tributária

Ana Malvestio*

O AGRONEGÓCIO brasileiro vive momento de definições de suas estratégias para investimentos e expansão nos próximos anos. As perspectivas são excelentes a médio e longo prazos ante a crescente demanda por alimentos no mundo.

A carga tributária é uma prioridade cada vez maior na agenda da alta administração das empresas, na medida que ocasiona fortes impactos nos custos e projetos de investimentos e expansão dos negócios.

Além dos aumentos significativos e generalizados dos custos dos insumos agropecuários, o setor convive com um sistema tributário ultrapassado e oneroso, com uma carga equivalente a 36,08% do PIB brasileiro em 2007.

O recente alvo de preocupações do agronegócio é o Convênio ICMS 100/97. Por meio dele, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) concedeu benefícios para redução da base de cálculo de ICMS sobre os insumos agropecuários. Contudo, a vigência do convênio terminou em 30 de abril de 2008 e, como não houve consenso para prorrogá-la até 31 de dezembro deste ano, a alternativa foi prorrogar apenas até 31 de julho.

A não-prorrogação do mencionado convênio após 31 de julho representará um aumento de custos, com impactos desastrosos para a safra 2008/09, pois o ICMS incide sobre os insumos agropecuários, como fertilizantes, rações animais, sementes e mudas.

A situação é preocupante diante do veto de Mato Grosso à prorrogação do convênio. Essa decisão foi uma retaliação, conforme informações de seu secretário da Fazenda, para garantir os coeficientes de repasse da Lei Kandir, que desonerou o ICMS das

exportações, a partir de 1997. Isso gerou perdas. O estado exportador deveria ser ressarcido financeiramente de acordo com a sua participação nas exportações.

Uma reforma tributária ampla e efetiva é prioritária para o País. O governo apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 233/08. Não se trata de uma reforma ambiciosa, mas representa uma substancial evolução no atual sistema.

A proposta de unificação do ICMS visa a acabar com a guerra fiscal entre os esta-

dos. A cobrança do imposto passa a ser no destino das mercadorias, ficando o equivalente à incidência de 2% do imposto para o estado de origem. A sua normatização ocorrerá por meio de uma única lei complementar, e não mais 27 leis estaduais. Já a regulamentação unificada será por um órgão colegiado dos estados e Distrito Federal nos moldes do Confaz atual. A definição de alíquotas caberá ao Senado Federal e haverá gradativa redução do prazo de apropriação dos créditos de ICMS de mercadoria destinadas ao ativo permanente.

A proposta prevê ainda que as isenções ou quaisquer incentivos ou benefícios fiscais vinculados ao imposto deverão ser uniformes em todo o território. As exceções estariam relacionadas aos regimes especiais de micro e pequenas empresas e regimes aduaneiros especiais.

O novo ICMS somente vigorará a partir de 1º de janeiro do oitavo ano subsequente ao da promulgação da emenda constitucional. Será fixado um período de transição para a redução das atuais alíquotas interestaduais do ICMS, conforme o princípio do destino do novo ICMS. O relator da reforma, deputado Sandro Mabel (PR-GO), trabalha na proposta de uma transição de nove ou dez anos.

Entretanto, com previsão para ser votada em julho, teme-se que a reforma tributária venha a ser desvirtuada por interesses políticos. É o caso da proposta do governo para a volta da extinta CPMF com o nome de Contribuição Social para a Saúde (CSS), que teria alíquota de 0,1% sobre as movimentações financeiras. Trata-se de um contra-senso uma vez que não existem mais espaços para aumentos de carga tributária no Brasil.

A reforma tributária não vem acompanhada da necessária redução da carga. A esperança é que ela possa organizar o sistema arrecadatório de modo a dar segurança para os investimentos e as expansões. Isso permitirá em médio e longo prazos o contínuo crescimento e posicionamento do agronegócio brasileiro no cenário mundial. ■

Outras propostas importantes

- **Consolidação do PIS, a Cofins, a Cide-Combustíveis e o salário-educação num único imposto denominado de Imposto sobre Valor Agregado (IVA-F);**
- **Extinção da Contribuição Social sobre o Lucro – CSSL, mediante sua incorporação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, com cobrança de adicionais de IRPJ diferenciados por setor econômico, a exemplo do que hoje acontece com a CSLL;**
- **Desoneração de investimento na regulamentação do IVA-F, mediante concessão de crédito integral e imediato para a aquisição de bens do ativo permanente;**
- **Apropriação de créditos fiscais de bens e serviços que não são diretamente incorporados ao produto final (bens de uso e consumo);**
- **Desoneração da folha de pagamentos por reduções gradativas da contribuição patronal.**

* Sócia da PricewaterhouseCoopers e líder da consultoria tributária em Ribeirão Preto.